



Filipa Alexandra Quelhas Branco

**Violência bidirecional: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade
geral em Portugal**

Trabalho realizado sob orientação de

Professora Doutora Andreia Machado

E sob coorientação de

Professora Doutora Olga Cunha

Dezembro, 2022



Filipa Alexandra Quelhas Branco

**Violência bidirecional: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade
geral em Portugal**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
16/12/2022, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^a. Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (Prof^a. Auxiliar da Universidade
Lusófona do Porto)

Arguente: Prof^a. Doutora Ana Rita Cruz (Prof^a Auxiliar da Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias)

Orientador: Prof^a Doutora Andreia Patrícia Guimarães Machado (Prof^a Auxiliar da
Universidade Lusófona do Porto)

Porto

Dezembro, 2022

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Dedicatória

Para o melhor pai do mundo. Serás sempre o meu herói.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora professora doutora Andreia Machado, pela orientação e conhecimento transmitido ao longo do último ano.

Agradeço também à minha coorientadora, professora doutora Olga Cunha, pelo cuidado, dedicação, disponibilidade e apoio prestado.

Ao corpo docente da Universidade Lusófona do Porto, agradeço por todos os ensinamentos transmitidos ao longo dos últimos cinco anos.

Aos/Às amigos/as que acompanharam o meu percurso, obrigada pela amizade, entreaajuda e companheirismo.

Aos meus pais, que me deram a possibilidade de continuar a estudar, que permitiram que alcançasse os meus objetivos e que me apoiaram em todos os momentos, o meu eterno agradecimento.

Por fim, agradeço ao Manuel, o amor da minha vida, pelo apoio incondicional, compreensão e motivação. Obrigada por acreditares sempre em mim.

Obrigada a todos/as!

Resumo

A literatura demonstrou que a violência bidirecional é o padrão de violência mais experienciado nas relações de intimidade, e que homens e mulheres podem ser vítimas e perpetradores de violência. Nesta investigação, objetivamos: a) avaliar se a violência bidirecional é mais prevalente do que a violência unidirecional; b) identificar a tipologia de violência mais perpetrada e sofrida; c) explorar se existem diferenças entre os sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos; d) verificar se existem diferenças nas categorias vítima, perpetrador e vítima-perpetrador nos tipos de violência perpetrados e sofridos; e) explorar se a violência bidirecional é tão prevalente entre a comunidade LGBTQIA+ como na heterossexual. A presente investigação assentou num design quantitativo transversal recolhido online, com um total de 754 participantes provenientes de uma amostra de conveniência da comunidade em Portugal. Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico e à Escala Tática de Conflitos Revista. Os resultados desta investigação revelaram que a violência bidirecional foi o padrão de violência mais experienciado nas relações de intimidade e que a violência psicológica foi a tipologia de violência mais perpetrada e sofrida. Esta investigação verificou que existem diferenças significativas no que concerne aos tipos de violência perpetrados e sofridos na comunidade em Portugal e que a categoria vítima-perpetrador demonstrou taxas superiores de vitimação e perpetração no que diz respeito aos tipos de violência perpetrados e sofridos. Por fim, foi possível apurar que não se verificaram diferenças entre os indivíduos heterossexuais e LGBTQIA+ na prevalência de violência bidirecional. Os resultados deste estudo permitem conferir uma maior visibilidade à violência bidirecional, sensibilizar a comunidade para a existência deste fenómeno e contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção capazes de combater este flagelo. Este estudo demonstrou que a violência nas relações de intimidade não é um fenómeno homogéneo, mas sim complexo.

Palavras-chave: violência nas relações de intimidade, violência bidirecional, prevalência, comunidade geral, Portugal

Abstract

The literature has shown that bidirectional violence is the most experienced pattern of violence in intimate relationships, and that men and women can be both victims and perpetrators of violence. In this research, we aimed to: a) assess whether bidirectional violence is more prevalent than unidirectional violence; b) identify the typology of violence most perpetrated and suffered; c) explore if there are gender differences in the types of violence perpetrated and suffered; d) examine whether there are differences in the categories victim, perpetrator, and victim-perpetrator in the types of violence perpetrated and suffered; e) explore if bidirectional violence is as prevalent among the LGBTQIA+ community as among heterosexual. The present research relied on a cross-sectional quantitative design collected online, with a total of 754 participants from a convenience sample of the community in Portugal. Participants answered a sociodemographic questionnaire and the Revised Conflict Tactics Scale. The results of this research revealed that bidirectional violence was the most experienced pattern of violence in intimate relationships in the last year and that psychological violence was the most perpetrated and suffered typology of violence. This research also found that there were significant differences regarding the types of violence perpetrated and suffered in the community in Portugal and that the victim-perpetrator category showed higher rates of victimization and perpetration regarding the types of violence perpetrated and suffered. Finally, it was found that there were no differences between heterosexual and LGBTQIA+ individuals in the prevalence bidirectional violence. The results of this study allow us to give greater visibility to bidirectional violence, raise awareness in the community of the existence of this phenomenon and inform the development of prevention and intervention strategies. This study also showed that violence in intimate relationships is not a homogeneous phenomenon, but a complex one.

Keywords: violence in intimate relationships, bidirectional violence, prevalence, general community, Portugal

Índice

Enquadramento teórico	10
Violência Doméstica: Conceptualização e enquadramento legal	10
Violência nas Relações de Intimidade	10
Violência bidirecional nas relações de intimidade	12
Pertinência do estudo, objetivos e hipóteses de trabalho.....	16
Metodologia	16
Amostra.....	17
Instrumentos	19
Procedimentos.....	20
Análise de dados	21
Resultados	22
Prevalência da violência bidirecional: Prevalência anual.....	22
Prevalência dos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional: Prevalência anual.....	23
Prevalência dos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional: Prevalência global	24
Diferenças entre sexos na perpetração e vitimação de violência na amostra com violência bidirecional: Prevalência anual.....	26
Diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional (vitimação e perpetração): Prevalência anual	26
Diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional (vitimação e perpetração): Prevalência global.....	27
Diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional (vitimação e perpetração): Cronicidade	28
Diferenças entre vítimas, perpetradores e vítimas-perpetradores segundo os tipos de violência perpetrados e sofridos: Prevalência anual, global e cronicidade	29
Prevalência da violência bidirecional entre a comunidade LGBTQIA+	35
Discussão.....	35
Limitações e implicações práticas.....	38

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Conclusão	39
Referências bibliográficas	41

Lista de Abreviaturas

VD – Violência Doméstica

VRI – Violências nas Relações de Intimidade

PSPT – Perturbação de Stress Pós-Traumático

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RS – Revisão Sistemática

EUA – Estados Unidos da América

EU – Estudantes Universitários

CTS-2 – *Revised Conflict Tactics Scale* (Escala Tática de Conflitos Revista)

ULP – Universidade Lusófona do Porto

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

CEDIC – Comissão de Ética e Deontologia de Investigação Científica

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos dos Participantes

Tabela 2 – Prevalência Anual dos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tabela 3 – Prevalência Global dos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tabela 4 – Diferenças na Prevalência Anual entre Sexos nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tabela 5 – Diferenças na Prevalência Global entre Sexos nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tabela 6 – Diferenças na Cronicidade entre Sexos nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tabela 7 – Diferenças entre Vítimas, Perpetradores e Vítimas-Perpetradores nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos no Último Ano e ao Longo da Vida

Tabela 8 – Diferenças entre Vítimas, Perpetradores e Vítimas-Perpetradores nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos na Cronicidade

Tabela 9 – Diferenças entre Vítimas, Perpetradores e Vítimas-Perpetradores nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos na Cronicidade

Enquadramento teórico

Violência Doméstica: Conceptualização e enquadramento legal

A Violência Doméstica (VD) é um fenómeno complexo, transversal a todas as sociedades do mundo (Ventura et al., 2013) e é considerado um grave problema de saúde pública (e.g., Bonnes, 2016; Jennings et al., 2012; Laskey et al., 2019; McDermott & Lopez, 2013; McLeod et al., 2020). A VD refere-se à violência que ocorre em relações de intimidade, podendo também abranger situações de maus-tratos contra crianças e jovens ou contra pessoas idosas (Dias, 2017). Segundo Magalhães (2020), a VD é a violência que se pratica no seio da relação familiar, não obstante o sexo e a idade da vítima ou do/a agressor/a, podendo afetar indivíduos de qualquer estatuto socioeconómico (e.g., Perryman & Appleton, 2016; Ridings et al., 2018).

De acordo com Manita e colaboradores (2009), a VD é um fenómeno que abarca diferentes tipos de violência, mais concretamente: violência psicológica (e.g., desprezar, insultar ou humilhar a vítima), intimidação (e.g., ameaçar causar lesões ou a morte à vítima), violência física (e.g., puxar o cabelo, dar estaladas, murros), isolamento social (e.g., impedir que a vítima contacte com familiares e/ou amigos), abuso económico (e.g., a vítima é impedida de ter acesso a dinheiro e/ou bens) e violência sexual (e.g., violação, exposição forçada a pornografia). Mais recentemente, o *stalking* também foi reconhecido no panorama nacional e internacional como uma forma de violência (e.g., Breiding et al., 2014; Ferreira et al., 2017).

Em Portugal, o crime de VD encontra-se consagrado no artigo 152º do Código Penal Português e é definido como:

“1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; e) A menor que seja seu descendente ou de uma das pessoas referidas nas alíneas a), b) e c), ainda que com ele não coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal” (Lei nº94/2021, de 21/12, artigo 152º).

Violência nas Relações de Intimidade

Pese embora a definição de VD supracitada, é de suma importância referir que neste estudo se optou pela utilização do termo Violência nas Relações de Intimidade (VRI), uma vez que a presente investigação tem como propósito estudar a violência na intimidade e

não a violência no seio familiar. Apesar de a VRI não ser um fenómeno recente, apenas foi reconhecido internacionalmente como um problema social na década de 1960 e, em Portugal, no início da década de 1990 (Caridade & Machado, 2006). A VRI pode ocorrer por intermédio de um/a (ex) parceiro/a íntimo entre relacionamentos heterossexuais, homossexuais, relações de namoro ou relações ocasionais (e.g., Machado et al., 2016^a; Machado et al., 2016b). Por conseguinte, a investigação demonstra que a VRI tende a aumentar de frequência, intensidade e gravidade ao longo do tempo (Caridade & Machado, 2006) pelo que acarreta, assim, inúmeras consequências a nível físico, psicológico, social e económico (Breiding et al., 2014; Taylor & Mumford, 2016, como citado em Crittenden et al., 2017), sendo que estas podem permanecer mesmo depois de a violência ter cessado (Beydoun et al., 2012). As consequências da VRI são similares entre homens e mulheres, e podem manifestar-se através de diferentes formas, mais especificamente lesões físicas, problemas crónicos, consumo de álcool e substâncias, isolamento, culpa, vergonha, desamparo, desesperança, desespero, baixa autoestima, perda de emprego, Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSPT) (e.g., Hines et al., 2016; Laskey 2019; Safariolyaei & Amiri, 2017) e perturbações alimentares (Bartlett et al., 2018). Não obstante, importa ressaltar que nos homens que têm filhos/as uma das consequências da VRI prende-se com a relação que estes mantêm com os/as filhos/as, uma vez que o relacionamento com os/as seus/ suas filhos/as pode ser afetado através da rutura da relação parental e conflitos legais (Bates, 2019). Por conseguinte, nas mulheres, a VRI pode ainda provocar consequências como gravidez, aborto, problemas ginecológicos e problemas no aparelho reprodutor (e.g., Karakurt et al., 2017; Miller & McCaw, 2019).

Em Portugal, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2021), foram efetuadas, em 2020, 27637 denúncias contra o crime de VD (75% das vítimas eram mulheres e 81.4% dos denunciados eram homens), sendo que a violência contra o cônjuge ou análogo assumiu 85% de toda a VD (RASI, 2021). Em 2021, foram registadas 26520 denúncias contra o crime de VD (74.9% das vítimas eram mulheres e 81% dos denunciados eram homens), o que representou uma descida de 4% comparativamente ao ano transato (RASI, 2022). Todavia, a VD contra cônjuge ou análogo, assumiu, tal como em 2020, 85% de toda a VD (RASI, 2022).

Segundo a literatura, existem duas perspetivas que dominam a investigação do fenómeno em estudo, sendo estas a perspetiva feminista e a perspetiva dos sociólogos da família (e.g., Machado & Matos, 2014). Inicialmente, através da perspetiva feminista

observou-se uma feminização da VRI, uma vez que esta perspetiva tem por base o modelo patriarcal, que defende que os homens são os principais perpetradores de VRI e, por sua vez, as mulheres as principais vítimas, ou seja, esta perspetiva defende que a VRI é unidirecional (Archer, 2000). Antigamente, as mulheres eram vistas como propriedade dos homens com quem se casavam e o marido exercer força contra a esposa foi considerado legal, sendo a VRI vista como um crime apenas perpetrado por homens (Bell, 2019). Contudo, posteriormente, surge a perspetiva dos sociólogos da família, que postula que nas relações de intimidade ambos os sexos podem exercer violência, isto é, ambos os parceiros podem ser perpetradores e vítimas numa relação de intimidade, existindo desta forma simetria entre géneros no que diz respeito à perpetração e vitimação de violência na intimidade (e.g., Hine et al., 2020; Machado et al., 2019).

Johnson (1995, 2006), defende que existem outras formas de compreender a VRI. Mais concretamente, Johnson (1995, 2005, 2006) postula que existem quatro tipos de violência na intimidade que melhor explicam esta problemática, sendo estes: terrorismo íntimo; resistência violenta; violência situacional e, por fim, controlo violento mútuo. Neste seguimento, de acordo com Johnson (1995, 2006), o terrorismo íntimo é perpetrado apenas por um dos elementos do casal, que tende a ser violento e controlador, sendo este tipo de violência praticado maioritariamente por homens. Contudo, a literatura da área atesta que o terrorismo íntimo também é perpetrado por mulheres (e.g., Bates et al., 2020; Strauss & Gozjolko, 2014). Relativamente à resistência violenta, um dos parceiros é violento, mas não controlador, enquanto o outro parceiro é violento e controlador. Este tipo de violência é geralmente praticado por mulheres e surge como uma forma de resposta à violência à qual a vítima está exposta (e.g., autodefesa) (Johnson, 1995, 2006). Por outro lado, Johnson considera que a violência situacional é pautada por um baixo nível de violência, sendo que a mesma ocorre com pouca frequência e sem sequelas físicas graves. Por último, o autor defende que o controlo violento mútuo ocorre numa relação em que ambos os parceiros são violentos e controladores (Johnson, 1995, 2006).

Violência bidirecional nas relações de intimidade

Entende-se a violência bidirecional como uma relação em que ambos os parceiros íntimos perpetram qualquer ato de violência sobre o outro (e.g., Holmes et al., 2019; Palmetto et al., 2013), pelo que homens e mulheres podem ser vítimas e/ou perpetradores de VRI (e.g., Machado et al., 2019; Schokkenbroek et al., 2022). A violência bidirecional pode

incluir um perpetrador primário ou o início da violência pode alternar entre os parceiros, sendo que pode envolver diferentes tipos de atos por parte de cada um dos parceiros (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012). A literatura sustenta que a violência bidirecional é o tipo de violência mais experienciada nas relações de intimidade (e.g., Capaldi et al., 2009; Hine, 2020; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Williams & Frieze, 2005) podendo a violência bidirecional resultar, também, em lesões mais graves comparativamente à violência unidirecional (e.g., Bates, 2016).

Todavia, no que diz respeito à definição do construto violência bidirecional, verifica-se que existe uma extensa variedade de termos que se referem a relações em que ambos os parceiros são vítimas e perpetradores de violência, o que demonstra, assim, que não existe consenso na literatura quanto à designação deste fenómeno. A título de exemplo, podemos destacar os estudos de Gray e Foshee (1997) e de Marcus (2012), que referenciaram o termo “violência mútua” para designar indivíduos que foram vítimas e perpetradores de violência numa relação de namoro. Por outro lado, Larouche (2005), baseada na teoria de Johnson, utilizou o termo “violência conjugal situacional”. Whitaker e colaboradores (2007) e Costa e colaboradores (2015), mencionaram o termo “violência recíproca” para designar a violência perpetrada por ambos os parceiros. Não obstante, um estudo realizado por Jennings e colaboradores (2012), destacou o termo “*overlap* de papéis” para se referir à sobreposição entre vitimação e perpetração numa relação de intimidade. Nesta sequência, um estudo realizado por Schokkenbroek e colaboradores (2022), usou o termo “vítima-perpetrador *overlap*”. Uma investigação desenvolvida por Sousa (2021) e uma investigação desenvolvida por Silva (2021), referenciaram o conceito de violência bidirecional, referindo-se à coocorrência de violência entre parceiros íntimos. Face ao exposto, apesar de se concluir que não existe uma definição unânime na literatura sobre a bidirecionalidade da VRI até à data, neste estudo optou-se pela utilização do termo violência bidirecional por se considerar ser o termo que melhor se enquadra nesta investigação.

Relativamente à prevalência da violência bidirecional, a nível mundial, a Revisão Sistemática (RS) de Sousa (2021), concluiu que a violência bidirecional foi o padrão de violência mais prevalente nas relações de intimidade (98.4%). Esta RS verificou, ainda, que o tipo de violência mais reportado na amostra foi a violência psicológica. Estes dados corroboram um estudo realizado em 2020, por Fernandez-Montalvo e colaboradores, que atestou que a violência psicológica foi, também, a tipologia de violência mais perpetrada e sofrida (86.9% e 86.1%, respetivamente).

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Anteriormente, a RS de Langhinrichsen-Rohling e colaboradores (2012), analisou as taxas de prevalência de violência bidirecional e de violência unidirecional nas relações de intimidade, com recurso a diferentes tipos de amostras, mais especificamente amostras populacionais, comunitárias, clínicas, de estudantes, de justiça e amostras de relações de indivíduos gays, lésbicas e/ou bissexuais e verificou que a violência bidirecional foi o tipo de violência mais experienciada em todas as amostras (57.5%). Esta RS constatou que existem diferenças entre sexos quanto aos tipos de violência perpetrados e sofridos, verificando, assim, a existência assimetria de género (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012).

A par disto, um outro estudo, realizado por Sommer e colaboradores (2016), nos Estados Unidos da América (EUA), revelou que a violência bidirecional nas relações de intimidade foi reportada pela maioria dos casais (72.9 %).

Posteriormente, um estudo desenvolvido na Europa por Costa e colaboradores (2015), com homens e mulheres de seis cidades europeias, revelou que a prevalência de violência entre homens e mulheres foi equivalente, com taxas de violência psicológica entre os 48.8% e 54.1%, respetivamente, de violência física entre os 9.7% e os 8.5% e de coerção sexual entre os 27.1% e 25.3%. Um outro estudo realizado por Costa e colaboradores (2016), determinou que 0.5% das mulheres e 4.1% dos homens estiveram envolvidos em agressões físicas íntimas no ano anterior como vítimas e 4.2% das mulheres e 3.8% dos homens estiveram envolvidos como perpetradores. Mais recentemente, um estudo realizado por Schokkenbroek e colaboradores (2022), apurou que a violência psicológica foi a tipologia de violência mais perpetrada e sofrida na Bélgica (48.3% e 68.4%, respetivamente).

Em Portugal, um estudo realizado por Machado e colaboradores (2019), sobre a prevalência da violência bidirecional numa amostra de homens portugueses, revelou que a taxa de prevalência de qualquer tipo de vitimação de VRI no último ano foi de 69.7%, sendo que a taxa de perpetração foi de 70.6%. Não obstante, a taxa de prevalência ao longo da vida de qualquer vitimação de VRI foi de 76.5% e a taxa de prevalência ao longo da vida de qualquer perpetração de VRI foi de 77.6%, podendo afirmar-se que os homens foram vítimas e perpetradores de VRI em taxas semelhantes (Machado et., al, 2019).

Posteriormente, um estudo desenvolvido por Silva (2021), sobre a prevalência da violência bidirecional em Estudantes Universitários (EU), demonstrou que o resultado da prevalência anual para a vitimação foi de 57.9% e para a perpetração foi de 48.4%. Relativamente à prevalência global, o estudo revelou que a prevalência global de vitimação de VRI foi de

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

70.5% e a perpetração foi de 64.4%. Silva (2021), verificou que o tipo de violência mais prevalente na vitimação foi a violência psicológica (66.3%), seguida da violência sexual (27.4%) e da violência física sem sequelas (20%). No que concerne à perpetração, o estudo constatou que a violência psicológica foi o tipo de violência mais perpetrada (64.2%), seguida da violência sexual e da violência física sem sequelas (20% em ambos), tendo constatado ainda que, no último ano, as estudantes universitárias foram mais vítimas de violência psicológica do que os estudantes e os estudantes universitários foram mais perpetradores de violência sexual (Silva, 2021). Mais recentemente, um estudo elaborado por Capinha e colaboradores (2022), com uma amostra constituída por adultos portugueses de todos os municípios do continente e das regiões autónomas (Açores e Madeira), corroborou os estudos anteriores ao confirmar que a violência bidirecional foi efetivamente o padrão de violência mais experienciado nas relações de intimidade (Capinha et al., 2022). Este estudo atestou também que a violência psicológica e a coerção sexual foram os tipos de violência mais perpetrados e sofridos (Capinha et al., 2022).

De acordo com a literatura, qualquer indivíduo pode estar envolvido numa relação de intimidade pautada por violência, independentemente da sua orientação sexual (Capinha et al., 2022; Santos & Caridade, 2017), uma vez que a violência bidirecional também é a tipologia de violência mais prevalente entre a comunidade LGBTQIA+ (e.g., Capinha et al., 2022; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Lewis, 2015; Messinger, 2018). A título exemplificativo, o estudo de Lewis e colaboradores (2015), realizado junto de mulheres lésbicas, verificou que 12% das mulheres revelaram estar envolvidas em violência bidirecional física. Mais tarde, um estudo realizado com uma amostra de homens homossexuais e/ou bissexuais concluiu que a maioria dos participantes (65%) descreveram experiências em que foram tanto vítimas como perpetradores de VRI (Stultes et al., 2020). Face ao exposto, a literatura da área revela que a probabilidade de que as consequências surjam entre a comunidade LGBTQIA+ é mais elevada comparativamente com a heterossexual, uma vez que são um grupo minoritário, socialmente estigmatizado e marginalizado (Balsam & Szymanski, 2005; De Barros et al., 2019). Não obstante, as vítimas LGBTQIA+ manifestam resistência no que concerne à procura de apoio, sobretudo pela falta de suporte familiar, isolamento social, discriminação e crimes de ódio a que estão sujeitos (Balsam & Szymanski, 2005; Walters et al., 2011).

Pertinência do estudo, objetivos e hipóteses de trabalho

Com base na literatura, a violência bidirecional é o tipo de violência mais experienciado nas relações de intimidade (e.g., Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Silva, 2021; Sousa, 2021). No entanto, apesar de atualmente serem vários os estudos que se debruçam sobre a violência unidirecional nas relações de intimidade, verificou-se que escasseiam estudos sobre a bidirecionalidade da VRI, sobretudo em Portugal, pelo que é urgente desenvolver investigação científica sobre este fenómeno. Deste modo, pretendeu-se que a realização da presente investigação permitisse compreender as particularidades da violência bidirecional nas relações de intimidade, concedendo um maior reconhecimento ao fenómeno na comunidade científica e permitindo, também, o desenho de ações de prevenção e intervenção mais eficazes.

Posto isto, a presente investigação pretendeu analisar a prevalência da violência bidirecional numa amostra da comunidade geral em Portugal, em indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, e que tenham estado, pelo período mínimo de 1 mês, numa relação de intimidade. Desta forma, esta investigação teve os seguintes objetivos de trabalho: a) Avaliar se a violência bidirecional é mais prevalente do que a violência unidirecional; b) Identificar a tipologia de violência mais perpetrada e sofrida; c) Explorar se existem diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos; d) Verificar se existem diferenças nas categorias vítima, perpetrador e vítima-perpetrador nos tipos de violência perpetrados e sofridos; e, por último, e) Explorar se a violência bidirecional é tão prevalente entre a comunidade LGBTQIA+ como na heterossexual. Assim, determinaram-se as seguintes hipóteses de trabalho: (H1): Espera-se que a prevalência da violência bidirecional seja superior à prevalência da violência unidirecional; (H2): Espera-se que a violência psicológica seja o tipo de violência mais perpetrado e sofrido; (H3): Espera-se que existam diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos; (H4): Espera-se que existam diferenças nas categorias vítima, perpetrador e vítima-perpetrador nos tipos de violência perpetrados e sofridos; e, por fim, (H5): Espera-se que a violência bidirecional seja tão prevalente entre a comunidade LGBTQIA+ como na heterossexual.

Metodologia

A presente investigação assentou num design quantitativo transversal.

Amostra

Os/as participantes deste estudo foram recolhidos através duma amostra de conveniência da comunidade em Portugal. Para serem elegíveis para participar no estudo, os/as participantes tinham que obedecer aos seguintes critérios de inclusão: a) ter idade igual ou superior a 18 anos; b) ter estado ou estar numa relação de intimidade pelo tempo mínimo de 1 mês e, por último, c) residir em território português.

A amostra total desta investigação foi de 754 participantes. A média de idades dos participantes foi de 28.69 anos (DP = 10.39), sendo que o/a participante mais novo/a tinha 18 anos de idade e o/a participante mais velho/a tinha 68 anos de idade. A maioria dos participantes desta investigação era do sexo feminino (84.5%), heterossexuais (89.5%), de nacionalidade portuguesa (95%) e encontrava-se numa relação de intimidade (78.4%). De um modo geral, os participantes apresentaram níveis de escolaridade elevados, mais especificamente, 43.4% dos participantes possuíam o 1º ciclo do ensino superior/Licenciatura e 20.6% dos participantes detinham o 2º ciclo do ensino superior/Mestrado. No que diz respeito ao nível socioeconómico, 45.9% dos participantes qualificaram o seu nível socioeconómico como médio e 76.3% dos participantes residiam numa zona urbana. Os restantes dados sociodemográficos podem ser consultados na tabela 1.

Tabela 1

Dados Sociodemográficos dos Participantes

	<i>n</i>	%
Orientação sexual		
Heterossexual	675	90.5
Comunidade LGBTQIA+	71	9.5
Nacionalidade		
Portuguesa	715	95.0
Outra	37	4.9
Prefiro não responder	1	0.1

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Estado civil/situação conjugal

Solteiro	513	68.1
Casado/União de facto	193	25.6
Divorciado/Separado	40	5.3
Viúvo	2	0.3
Prefiro não responder	5	0.7

Tem filhos?

Sim	194	25.7
Não	560	74.3

Habilitações Académicas

2º ciclo do ensino básico	4	0.5
3º ciclo do ensino básico	31	4.1
Ensino secundário	230	30.5
1º ciclo do ensino superior/Licenciatura	327	43.4
2º ciclo do ensino superior/Mestrado	155	20.6
Doutoramento	7	0.9

Situação Profissional

Empregado	369	48.9
Desempregado	65	8.6
Trabalhador-estudante	68	9.0

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Estudante	242	32.1
Reformado	5	0.7
Prefiro não responder	5	0.7
Local onde habita		
Zona rural	172	22.9
Zona urbana	573	76.3
Prefiro não responder	6	0.8

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico: O questionário sociodemográfico teve como objetivo recolher dados relativos aos participantes, sendo constituído por diferentes variáveis, mais concretamente: sexo, género, orientação sexual, idade, estado civil, habilitações académicas, situação profissional, nível socioeconómico e região.

Escala Tática de Conflitos Revista (CTS-2): Esta escala (CTS-2; Straus et al., 1996; adaptado para a versão portuguesa Paiva & Figueiredo, 2006) procurou avaliar o modo como os casais resolvem os seus conflitos, por meio de estratégias de negociação ou de abuso, nomeadamente: a) negociação; b) agressão psicológica; c) abuso físico sem sequelas; d) coerção sexual; e, por último, e) abuso físico com sequelas. Porém, para esta investigação não foi considerada a escala da negociação. Este instrumento é composto por 39 itens agrupados em pares de perguntas destinados ao participante e ao/à companheiro/a (Paiva & Figueiredo, 2006). A CTS-2 contém um total de 79 questões, com um formato breve, pelo que o tempo médio de resposta pode variar entre 10 e 15 minutos (Paiva & Figueiredo, 2006). A administração desta escala permitiu contabilizar o número de ocorrências durante o último ano por parte do participante e pelo companheiro, incluindo oito categorias de resposta, sendo estas: [(1) 1 vez no ano anterior, (2) 2 vezes no ano anterior, (3) 3-5 vezes no ano anterior, (4) 6-10 vezes no ano anterior, (5) 11-20 vezes no ano anterior, (6) mais de 20 vezes no ano anterior], [(7) não no ano anterior, mas ocorreu anteriormente] e a

inexistência deste tipo de abuso [(8) nunca aconteceu] (Paiva & Figueiredo, 2006). Assim, as primeiras seis categorias estão destinadas a determinar a prevalência e cronicidade no último ano e as restantes categorias destinadas a determinar a prevalência global (Paiva & Figueiredo, 2006). A par disto, importa referir que a prevalência diz respeito à percentagem de participantes que reporta um ou mais atos para cada uma das escalas, enquanto a cronicidade diz respeito à frequência com que os atos avaliados por cada escala ocorrem entre os sujeitos que os praticam (Paiva & Figueiredo, 2006). No que concerne à cotação, uma vez que se estão a avaliar diferentes táticas de resolução de conflitos, os autores sugerem o uso da prevalência e da cronicidade e fornecem indicações para um total de 30 resultados possíveis (Paiva & Figueiredo, 2018). Segundo os autores, a cronicidade é obtida pela transformação do valor da escala original no ponto médio de cada categoria e soma posterior dos pontos médios dos itens: (1) “1 vez”, foi atribuído o valor 1, (2) “2 vezes”, foi atribuído o valor 2, (3) “3 a 5 vezes”, foi atribuído o valor 4, (4) “6 a 10 vezes”, foi atribuído o valor 8, (5) “11 a 20 vezes”, foi atribuído o valor 15, (6) “mais de 20 vezes”, foi atribuído o valor 25. No que diz agora respeito à determinação da cronicidade no ano anterior, foram considerados *missing* as categorias de respostas (7) e (8) (Paiva & Figueiredo, 2006). Por outro lado, a frequência anual é determinada pela soma dos pontos médios de cada item e posterior dicotomização dos itens, atribuindo às respostas assinaladas de 1 a 6 o valor 100 (ocorreu no ano anterior) e às respostas assinaladas 7 e 8 o valor 0 (não ocorreu no ano anterior), obtendo-se assim a prevalência no ano anterior (Paiva & Figueiredo, 2006). Para determinar a prevalência global, a todas as categorias de resposta de 1 a 7 foi atribuído o valor 1 (ocorreu em alguma altura), e à categoria 8 o valor 0 (nunca ocorreu) (Paiva & Figueiredo, 2006).

Procedimentos

A realização da presente investigação resultou de uma parceria entre a Universidade Lusófona do Porto (ULP) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e foi aprovado pela Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC). Neste seguimento, os dados para este estudo foram recolhidos *online*, através da plataforma *Qualtrics*, que obedece ao Regulamento Geral Nacional de Proteção de Dados. O presente estudo foi divulgado *online*, através das redes sociais (e.g., *Facebook*, *Instagram*) e fóruns universitários. Foi apresentado aos/às participantes o consentimento informado antes de participarem no estudo. Os/as participantes foram informados sobre os

objetivos da investigação, a confidencialidade, o anonimato dos dados e o carácter voluntário da participação. Primeiramente, foi aplicado um questionário sociodemográfico aos participantes e, posteriormente, a escala CTS-2. Importa, ainda, referir que a participação neste estudo foi voluntária e não foi providenciada nenhuma ajuda financeira ou incentivo.

Assim sendo, os dados recolhidos foram utilizados somente para tratamento estatístico estando apenas acessíveis aos membros que integravam a equipa de investigação.

Análise de dados

Esta investigação recorreu ao *software* estatístico *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS (versão 25.0) para analisar os dados recolhidos. Depois dos dados serem recolhidos, foram, primeiramente, submetidos a uma análise descritiva que teve por base medidas de tendência central (e.g., média, moda e mediana) e medidas de dispersão (e.g., frequência e desvio-padrão).

Subsequentemente, foi analisada a prevalência da violência bidirecional na amostra. Neste sentido, para analisarmos a prevalência da violência bidirecional, verificou-se a necessidade de criar uma nova variável e categorizar a amostra em 4 categorias, nomeadamente: 0) sem violência (i.e., participantes que não reportaram vitimação nem reportaram perpetração); 1) vitimação (i.e., participantes que reportaram vitimação e não reportaram perpetração); 2) perpetração (i.e., participantes que reportaram perpetração e não reportaram vitimação); e 3) violência bidirecional (i.e., participantes que reportaram vitimação e perpetração), sendo que para este efeito foi somente considerada a prevalência anual. Foi também analisada a frequência das respostas dos participantes tendo em consideração as escalas e subescalas que compõem as CTS-2 e, neste caso, não foi considerada a amostra total de participantes, mas sim a amostra que reportou violência bidirecional.

Nesta investigação, recorreu-se a testes paramétricos e a testes não paramétricos. Todavia, nos casos em que ambos os testes evidenciaram resultados semelhantes, foram considerados os resultados dos testes paramétricos, uma vez que estes são considerados mais robustos cientificamente (Fife-Schaw, 2000).

A par disto, foi avaliado se existiam diferenças significativas entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos: agressão psicológica (ligeiro e severo), abuso físico sem sequelas (ligeiro e severo), coerção sexual (ligeiro e severo) e, por fim, abuso físico com

sequelas (ligeiro e severo). Foram analisados os resultados ao nível da prevalência anual e da prevalência global, sendo que, para este efeito, recorreu-se ao teste não paramétrico Qui-Quadrado. Além disso, foram analisados os resultados para a cronicidade com recurso ao teste paramétrico *T-Student* e à respetiva alternativa não paramétrica, teste *Mann-Whitney*. Para este efeito, não foi considerada a amostra total de participantes, mas sim a amostra que reportou violência bidirecional.

Esta investigação também analisou as diferenças entre as categorias vítima, perpetrador e vítima-perpetrador. Primeiramente, foram analisados os resultados ao nível da prevalência anual e da prevalência global com recurso ao teste Qui-Quadrado. Seguidamente, foram analisados os resultados ao nível da cronicidade e, para tal, recorreu-se ao teste paramétrico *T-Student* e ao teste não paramétrico *Mann-Whitney*.

Para testar a última hipótese deste estudo (i.e., espera-se que a violência bidirecional seja tão prevalente entre a comunidade LGBTQIA+ como na heterossexual), é fulcral referir que o questionário sociodemográfico aplicado englobava diferentes categorias de resposta para a variável orientação sexual (e.g., heterossexual, lésbica, *queer*, *gay*). Contudo, para efeitos de análise estatística, estas categorias foram agrupadas e foi criada uma variável (i.e., grupo heterossexual e grupo LGBTQIA+), tendo sido atribuído o valor 0 aos participantes heterossexuais e o valor 1 aos participantes LGBTQIA+. Para testar esta hipótese, recorreu-se ao teste não paramétrico Qui-Quadrado.

Nesta investigação, foram realizadas análises exploratórias com o propósito de verificar o cumprimento dos pressupostos inerentes à utilização dos testes paramétricos. Após a verificação dos pressupostos, constatou-se que os mesmos não se encontravam cumpridos em todas as variáveis, pelo que para todas as análises foi utilizado o teste paramétrico *T-Student* bem como a respetiva alternativa não paramétrica, que não exige o cumprimento dos pressupostos.

Resultados

Prevalência da violência bidirecional: Prevalência anual

Nesta investigação, a análise descritiva dos dados revelou que o padrão de violência mais prevalente entre a comunidade em Portugal foi a violência bidirecional (53.6%), sendo a tipologia sem violência a segunda mais prevalente (33.4%). Esta análise demonstrou, ainda, que a perpetração (7.3%) e a vitimação (5.7%) foram as tipologias de violência menos prevalentes entre a comunidade em Portugal.

Prevalência dos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional: Prevalência anual

Esta investigação demonstrou que, no último ano, 87.6% dos participantes foram vítimas de agressão psicológica enquanto, por outro lado, 88.9% foram perpetradores. Relativamente à coerção sexual, 44.1% dos participantes revelaram ter sido vítimas deste tipo de violência e 33.9% perpetradores. Seguidamente, destacou-se o abuso físico sem sequelas e, neste caso, 24.8% dos participantes revelaram ter sido vítimas e 26.5% perpetradores. Finalmente, 4% dos participantes indicaram ter sido vítimas de abuso físico com sequelas e 1.7% dos participantes indicaram ter sido perpetradores deste tipo de violência. Na tabela 2, podem ser consultados os resultados relativos às duas subescalas de violência: ligeiro e severo.

Tabela 2

Prevalência Anual dos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tipos de violência		Perpetração		Vitimação	
		<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Agressão					
Psicológica					
Ligeiro	352	87.1	345	85.4	
Severo	87	21.5	95	23.5	
Abuso físico sem					
sequelas					
Ligeiro	104	25.7	98	24.3	

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Severo	9	2.2	15	3.7
Coerção Sexual				
Ligeiro	133	32.9	177	32.9
Severo	5	1.2	8	2.0
Abuso físico com sequelas				
Ligeiro	7	1.7	12	3.0
Severo	2	0.5	9	2.2

Prevalência dos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional: Prevalência global

No que concerne à prevalência da violência ao longo da vida, esta investigação verificou que 91.6% dos participantes revelaram ter sido vítimas de agressão psicológica e 92.3% revelaram ter sido perpetradores. A par disto, seguiu-se a coerção sexual e, neste caso, 49.8% dos participantes reportaram ter sido vítimas deste tipo de violência e 38.6% perpetradores. Relativamente ao abuso físico sem sequelas, 35.4% dos participantes reportaram ter sido vítimas deste tipo de violência e 37.1% perpetradores. Por último, destacou-se o abuso físico com sequelas, sendo que 7.9% dos participantes revelaram ter sido vítimas deste tipo de violência e 4.2% perpetradores. Na tabela 3, podem ser consultados os resultados relativos às duas subescalas de violência: ligeiro e severo.

Face ao exposto, esta investigação constatou que, ao nível da vitimação, a agressão psicológica foi o tipo de violência mais prevalente na comunidade em Portugal (91.6%), seguida da coerção sexual (49.8%), do abuso físico sem sequelas (35.4%) e, por último, do abuso físico com sequelas (7.9%). Por outro lado, ao nível da perpetração, a agressão psicológica também foi o tipo de violência mais perpetrada na comunidade em Portugal (92.3%), seguida da coerção sexual (38.6%) do abuso físico sem sequelas (37.1%) e, por fim, do abuso físico com sequelas (4.2%).

Tabela 3

Prevalência Global dos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Tipos de violência	Perpetração		Vitimação	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Agressão Psicológica				
Ligeiro	368	91.1	363	89.9
Severo	110	27.2	121	30.0
Abuso físico sem sequelas				
Ligeiro	139	34.4	129	31.9
Severo	26	6.4	38	9.4
Coerção Sexual				
Ligeiro	150	37.1	199	49.3
Severo	13	3.2	16	4.0
Abuso físico com sequelas				
Ligeiro	12	3.0	25	6.2
Severo	7	1.7	15	3.7

Diferenças entre sexos na perpetração e vitimação de violência na amostra com violência bidirecional: Prevalência anual

Os resultados relativos à frequência anual denotaram que não existiram diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino e o sexo feminino no que diz respeito à vitimação, ($\chi^2(1) = 20.031$ $p = .986$). No que diz respeito à perpetração, a investigação também verificou que não existiram diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino e o sexo feminino, ($\chi^2(1) = 30.602$, $p = .723$).

Diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional (vitimação e perpetração): Prevalência anual

As análises realizadas para a prevalência anual ao nível da vitimação demonstraram que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para nenhum dos tipos de violência. Por outro lado, as análises realizadas para a prevalência anual ao nível da perpetração mostraram que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos na agressão psicológica ($\chi^2(1) = 7.811$, $p = .020$), sendo que o sexo feminino demonstrou uma percentagem de perpetração superior ao sexo masculino. Também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ao nível da coerção sexual ($\chi^2(1) = 14.481$, $p = .001$), e, neste caso, o sexo masculino apresentou uma taxa de perpetração superior ao sexo feminino. Os resultados podem ser consultados na tabela 4.

Tabela 4

Diferenças na Prevalência Anual entre Sexos nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Perpetração e vitimação	Tipos de violência	Sexo feminino			Sexo masculino		
		<i>n (%)</i>	χ^2	<i>p</i>	<i>n (%)</i>	χ^2	<i>p</i>
Perpetração	Agressão psicológica	305 (90.8)	7.811	.020	53 (79.1)	7.811	.020
	Abuso físico sem sequelas	91 (27.1)	.655	.721	16 (23.9)	.655	.721

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Vitimação	Coerção sexual	101 (30.1)	14.481	.001	36 (53.7)	14.481	.001
	Abuso físico com sequelas	4 (1.2)	3.563	.168	3 (4.5)	3.563	.168
	Agressão psicológica	297 (88.4)	1.334	.513	56 (83.6)	1.334	.513
	Abuso físico sem sequelas	82 (24.4)	.511	.774	18 (26.9)	.511	.774
	Coerção sexual	150 (44.6)	.974	.615	28 (41.8)	.974	.615
	Abuso físico com sequelas	10 (3.0)	5.292	.071	6 (9.0)	5.292	.071

Diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional (vitimação e perpetração): Prevalência global

As análises realizadas para a prevalência global revelaram que, ao nível da vitimação, não existiram diferenças estatisticamente significativas para nenhum dos tipos de violência. Por outro lado, as análises realizadas para a prevalência global ao nível da perpetração, constataram que existiram diferenças estatisticamente significativas entre sexos para a coerção sexual, ($\chi^2(1) = 17.770$, $p = .000$), sendo que o sexo masculino revelou uma percentagem de perpetração superior ao sexo feminino. Estes resultados podem ser consultados na tabela 5.

Tabela 5

Diferenças na Prevalência Global entre Sexos nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos

Perpetração e vitimação	Tipos de violência	Sexo feminino			Sexo masculino		
		n (%)	χ^2	p	n (%)	χ^2	p

Perpetração	Agressão psicológica	314 (93.5)	3.821	.148	58 (86.6)	3.821	.148
	Abuso físico sem sequelas	128 (38.1)	1.254	.534	22 (32.8)	1.254	.534
	Coerção sexual	115 (34.2)	17.770	.000	41 (61.2)	17.770	.000
	Abuso físico com sequelas	14 (4.2)	.057	.972	3 (4.5)	.057	.972
Vitimação	Agressão psicológica	309 (92.0)	.514	.773	60 (89.6)	.514	.773
	Abuso físico sem sequelas	114 (33.9)	2.687	.261	29 (43.3)	2.687	.261
	Coerção sexual	168 (50.0)	1.005	.605	33 (49.3)	1.005	.605
	Abuso físico com sequelas	24 (7.1)	1.840	.397	8 (11.9)	1.849	.397

Diferenças entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos na amostra com violência bidirecional (vitimação e perpetração): Cronicidade

As análises realizadas para a cronicidade demonstraram que foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre sexos, ao nível da vitimação, para a coerção sexual, ($t(43.816) = 2.097, p = .042$), sendo de ressaltar que o sexo masculino revelou uma média de vitimação superior ao sexo feminino. Não foram, contudo, identificadas diferenças estatisticamente significativas entre sexos para os outros tipos de violência sofridos. Concomitantemente, também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre sexos ao nível da perpetração. Os resultados supracitados podem ser consultados na tabela 6.

Tabela 6

Diferenças na Cronicidade entre Sexos nos Tipos de Violência Perpetrados e sofridos

Perpetração e vitimação	Tipos de violência	Sexo feminino			Sexo masculino		
		M (DP)	<i>t</i>	<i>p</i>	M (DP)	<i>t</i>	<i>p</i>
Perpetração	Agressão psicológica	10.09 (12.18)	-.176	.860	9.75 (14.76)	-.176	.860
	Abuso físico sem sequelas	4.90 (6.54)	-.305	.761	4.43 (5.49)	-.305	.761
	Coerção sexual	17.47(11.14)	-.802	.424	15.75 (10.64)	-.802	.424
	Abuso físico com sequelas	9.00 (10.86)	-.126	.905	8.00 (9.64)	-.126	.905
Vitimação	Agressão psicológica	10.52 (13.89)	.897	.370	12.41 (17.14)	.897	.370
	Abuso físico sem sequelas	5.34 (6.01)	.990	.334	7.50 (8.81)	.990	.334
	Coerção sexual	15.09 (11.62)	2.097	.042	19.32 (9.43)	2.097	.042
	Abuso físico com sequelas	10.40 (10.45)	-1.313	.210	5.17 (5.46)	-1.313	.210

Diferenças entre vítimas, perpetradores e vítimas-perpetradores segundo os tipos de violência perpetrados e sofridos: Prevalência anual, global e cronicidade

Os resultados desta investigação demonstraram que, no último ano, existiram diferenças estatisticamente significativas entre a categoria vítima e a categoria vítima-perpetrador ao nível da vitimação. Mais especificamente, foram encontradas diferenças na agressão psicológica, ($\chi^2(1) = 22.497, p = .000$), sendo que a categoria vítima-perpetrador apresentou uma percentagem de vitimação superior à categoria vítima. Não foram encontradas diferenças para os restantes tipos de violência ao nível da vitimação no último

ano. Relativamente à perpetração no último ano, foram encontradas diferenças significativas na coerção sexual, ($\chi^2(1) = 13.958, p = .000$), entre a categoria perpetrador e vítima-perpetrador, sendo que a categoria vítima-perpetrador apresentou uma percentagem de perpetração superior à categoria perpetrador. Não foram encontradas diferenças para os restantes tipos de violência ao nível da perpetração. Estes resultados podem ser consultados na tabela 7.

No que concerne aos resultados ao longo da vida, esta investigação demonstrou que, ao nível da vitimação, existiram diferenças estatisticamente significativas entre a categoria vítima e a categoria vítima-perpetrador para a agressão psicológica, ($\chi^2(1) = 9.644, p = .002$), e a categoria vítima-perpetrador apresentou níveis de vitimação superiores à categoria vítima. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para os restantes tipos de violência ao nível da vitimação ao longo da vida. Por outro lado, no que diz respeito à perpetração, não foram encontradas diferenças entre a categoria perpetrador e vítima-perpetrador em nenhum tipo de violência. Estes resultados podem ser consultados na tabela 7.

Relativamente à cronicidade, ao nível da vitimação, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para a agressão psicológica, ($U = 3059.500, p = .004$), sendo que a categoria vítima-perpetrador reportou um valor de ordem média superior à categoria vítima. A par disto, também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para a coerção sexual, ($t(35,072) = -5.841, p = .000$), sendo que a categoria vítima-perpetrador registou níveis mais elevados de vitimação, comparativamente à categoria vítima. Ao nível da perpetração, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para a agressão psicológica, ($t(402) = -3.064, p = .000$), sendo importante ressaltar que a categoria vítima-perpetrador apresentou níveis de perpetração superiores à categoria perpetrador e não foram encontradas diferenças para os restantes tipos de violência. Estes resultados podem ser consultados na tabela 8 e na tabela 9.

Tabela 7

Diferenças entre Vítimas, Perpetradores e Vítimas-Perpetradores nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos no Último Ano e ao Longo da Vida

Período de tempo	Tipo de violência	Diferenças entre vítimas e vítimas-perpetradores na vitimação				Diferenças entre perpetradores e vítimas-perpetradores na perpetração			
		Vítimas <i>n</i> (%)	Vítimas- perpetradores <i>n</i> (%)	χ^2	<i>p</i>	Perpetradores <i>n</i> (%)	Vítimas- perpetradores <i>n</i> (%)	χ^2	<i>p</i>
Último ano	Agressão psicológica	26 (6.8)	354 (93.2)	22.497	.000	45 (11.1)	359 (88.9)	2.277	.131
	Abuso físico sem sequelas	6 (5.7)	100 (94.3)	2.505	.113	11 (9.3)	107 (90.7)	1.066	.302
	Coerção sexual	20 (10.1)	178 (89.9)	.095	.758	5 (3.5)	137 (96.5)	13.958	.000
	Abuso físico com sequelas	2 (11.1)	16 (88.9)	.048	.827	1 (12.5)	7 (87.5)	.002	.964
Ao longo da vida	Agressão psicológica	33 (8.2)	370 (91.8)	9.644	.002	51 (12.0)	373 (88.0)	.011	.916

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Abuso físico sem sequelas	13 (8.3)	143 (91.7)	.456	.499	14 (8.5)	150 (91.5)	2.873	.090
Coerção sexual	25 (11.1)	201 (88.9)	1.094	.296	14 (8.2)	156 (91.8)	3.595	.058
Abuso físico com sequelas	5 (13.5)	32 (86.5)	.703	.402	2 (10.5)	17 (89.5)	.040	.842

Tabela 8

Diferenças entre Vítimas, Perpetradores e Vítimas-Perpetradores nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos na Cronicidade

Cronicidade	Tipo de violência	Diferenças entre vítimas e vítimas-perpetradores na vitimação				Diferenças entre perpetradores e vítimas-perpetradores na perpetração			
		Vítimas M (DP)	Vítimas-perpetradores M (DP)	t	p	Perpetradores M (DP)	Vítimas-perpetradores M (DP)	t	p

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Agressão psicológica	-*	-*	-*	-*	4.18 (6.12)	10.22 (13.04)	-5.291	.000
Abuso físico sem sequelas	5.67 (9.54)	5.73 (6.60)	-.022	.982	6.69 (9.07)	4.81(6.35)	.728	.479
Coerção sexual	6.15 (6.29)	15.75 (11.38)	- 5.841	.000	15.60 (12.88)	17.01 (11.00)	-.281	.779
Abuso físico com sequelas	8.00 (.00)	8.44 (9.07)	-.066	.948	-*	-*	-*	-*

-* Resultados reportados através do teste não paramétrico *Mann-Whitney* (consultar tabela 9)

Tabela 9

Diferenças entre Vítimas, Perpetradores e Vítimas-Perpetradores nos Tipos de Violência Perpetrados e Sofridos na Cronicidade

Cronicidade	Tipo de violência	Diferenças entre vítimas e vítimas-perpetradores na vitimação				Diferenças entre perpetradores e vítimas-perpetradores na perpetração			
		Vítimas Ordem Média	Vítimas- perpetradores Ordem Média	U	p	Perpetradores Ordem Média	Vítimas- perpetradores Ordem Média	U	p

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Agressão psicológica	131.17	194.86	3059.500	.004	_*	_*	_*	_*
Abuso físico sem sequelas	_*	_*	_*	_*	_*	_*	_*	_*
Coerção sexual	_*	_*	_*	_*	_*	_*	_*	_*
Abuso físico com sequelas	_*	_*	_*	_*	7.50	4.07	.500	.182

_* Resultados reportados através do teste paramétrico *T-Student* (consultar tabela 8)

Prevalência da violência bidirecional entre a comunidade LGBTQIA+

Nesta investigação, as análises realizadas demonstraram que existiram diferenças estatisticamente significativas entre a comunidade LGBTQIA+ e indivíduos heterossexuais, ($\chi^2(1) = 25.27, p = .000$), mas apenas na categoria vítima, com uma percentagem significativamente maior de indivíduos LGBTQIA+ nesta categoria (18.3% vs. 4.3%). Nas categorias perpetrador (7.0% vs. 7.4%) e vítima-perpetrador (52.1% vs. 53.6%), as percentagens são idênticas entre indivíduos heterossexuais e LGBTQIA+. Assim sendo, não se verificaram diferenças entre os indivíduos heterossexuais e LGBTQIA+ na prevalência de violência bidirecional.

Discussão

O presente estudo tem como foco a prevalência da violência bidirecional numa amostra da comunidade em Portugal.

Os resultados desta investigação demonstraram que a violência bidirecional foi a tipologia de violência mais prevalente em comparação com a violência unidirecional, sendo que estes resultados são corroborados pela literatura da área que atesta que a violência bidirecional é o padrão de violência mais experienciado nas relações de intimidade (e.g., Capaldi et al., 2009; Capinha et al., 2022; Hine, 2020; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Machado et al., 2019; Silva, 2021; Sousa, 2021). Posto isto, a primeira hipótese “Espera-se que a prevalência da violência bidirecional seja superior à prevalência da violência unidirecional”, foi confirmada.

No que respeita aos tipos de violência perpetrados e sofridos, os resultados desta investigação permitem constatar que, em Portugal, o tipo de violência mais perpetrado e sofrido, tanto no último ano como ao longo da vida, foi a violência psicológica, seguido da coerção sexual e do abuso físico sem sequelas. Estes resultados são congruentes com a literatura, uma vez que a violência psicológica também foi considerada o tipo de violência mais perpetrada e sofrida em diferentes amostras (e.g., Costa et al., 2015; Fernandez-Montalvo et al., 2020; Schokkenbroek et al., 2022; Silva, 2021; Sousa, 2021). Num estudo realizado por Silva (2021), a coerção sexual e o abuso físico sem sequelas também foram os tipos de violência mais perpetrados e sofridos depois da violência psicológica, tal como nesta investigação. Assim, a hipótese “Espera-se que a violência psicológica seja o tipo de violência mais perpetrado e sofrido”, também se confirmou. As elevadas taxas de

prevalência de agressão psicológica podem ser explicadas pelo facto deste tipo de violência não ser visível, sendo por isso difícil de detetar, reconhecer e provar (Magalhães, 2020).

Os resultados desta investigação atestaram que não existiram diferenças entre sexos no que diz respeito à perpetração e vitimação de violência, isto é, homens e mulheres podem ser vítimas e perpetradores de violência de igual modo, existindo desta forma simetria de género quanto à perpetração e vitimação de violência na intimidade. Estes resultados são sustentados pela perspetiva dos sociólogos da família contrariando, assim, a visão patriarcal da violência. Por outro lado, os resultados constatarem que existiram diferenças entre sexos no que concerne aos tipos de violência perpetrados e sofridos, tal como comprovado pela literatura anterior (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Silva, 2021) Mais especificamente, no último ano, o sexo feminino foi responsável por taxas mais elevadas de perpetração de agressão psicológica e o sexo masculino foi responsável por taxas mais elevadas de perpetração de coerção sexual. Por outro lado, ao longo da vida, o sexo masculino reportou taxas mais elevadas de perpetração ao nível da coerção sexual. Esta informação vai ao encontro da literatura, uma vez que os homens tendem a ser perpetradores de violência grave (e.g., Silva, 2021). No que se refere à cronicidade, o sexo masculino também reportou taxas mais elevadas de vitimação ao nível da coerção sexual. Perante o exposto, confirmou-se a terceira hipótese desta investigação, “Espera-se que existam diferenças significativas entre sexos nos tipos de violência perpetrados e sofridos”.

No que diz respeito às diferenças entre a categoria vítima, perpetrador e vítima-perpetrador nos tipos de violência perpetrados e sofridos, esta investigação concluiu que, no último ano e ao longo da vida, a categoria vítima-perpetrador apresentou uma percentagem de vitimação superior à categoria vítima para a agressão psicológica. No último ano, a categoria vítima-perpetrador apresentou uma percentagem de perpetração superior à categoria perpetrador para a coerção sexual. Relativamente à cronicidade, os resultados revelaram que a categoria vítima-perpetrador reportou uma taxa de vitimação de agressão psicológica e de coerção sexual superior à categoria vítima. Por conseguinte, a categoria vítima-perpetrador também apresentou níveis de perpetração superiores à categoria perpetrador no que diz respeito à agressão psicológica. De acordo com Palmetto e colaboradores (2013), a violência bidirecional pode ocorrer como resultado de uma escalada da violência devido a situações de autodefesa ou retaliação, sendo que a retaliação pode estar diretamente relacionada com a taxa de lesões associadas à bidirecionalidade da violência na intimidade (Palmetto et al., 2013, como citado em Whitaker et al., 2007).

Estes resultados podem ser melhor explicados pela tipologia de Johnson, mais concretamente pela violência situacional que postula que a violência não está associada a um padrão de controlo, mas que evolui perante situações de tensão, podendo escalar para episódios de violência (Johnson, 1995, 2006). Posto isto, a amostra bidirecional desta investigação pode representar situações de autodefesa, retaliação e escalada relacionada à violência situacional do casal (Palmetto et al., 2013). Face ao exposto, a hipótese “Espera-se que existam diferenças nas categorias vítima, perpetrador e vítima-perpetrador nos tipos de violência perpetrados”, confirmou-se.

Por fim, esta investigação verificou, ainda, que existiram diferenças estatisticamente significativas entre a comunidade LGBTQIA+ e indivíduos heterossexuais apenas na categoria vítima. Por outro lado, nas categorias perpetrador e vítima-perpetrador as percentagens revelaram-se idênticas entre indivíduos heterossexuais e LGBTQIA+, pelo que não se verificaram diferenças entre os indivíduos heterossexuais e LGBTQIA+ na prevalência de violência bidirecional, sendo esta informação corroborada por estudos anteriores que indicam que a violência bidirecional é idêntica entre indivíduos heterossexuais e LGBTQIA+ (e.g., Capinha et al., 2022; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Lewis, 2015; Messinger et al., 2018). Assim sendo, a última hipótese deste estudo “Espera-se que a violência bidirecional seja tão prevalente entre a comunidade LGBTQIA+ como na heterossexual”, confirmou-se. Deste modo, seria crucial desenvolver serviços de apoio mais inclusivos quanto à orientação sexual.

Em suma, a violência bidirecional foi a tipologia de violência mais prevalente em relações de intimidade na comunidade em Portugal. Desta forma, os resultados obtidos neste estudo são explicados pela teoria dos sociólogos da família que postula que ambos os sexos podem exercer violência na intimidade, deixando de atribuir o papel de perpetrador exclusivamente ao homem e o papel de vítima exclusivamente à mulher (e.g., Archer, 2000; Bell, 2019; Machado & Matos, 2014). No entanto, constatou-se que apesar de existir simetria de género quanto à perpetração e vitimação de violência, verificaram-se assimetrias nomeadamente no que diz respeito à prevalência e cronicidade da violência psicológica e da coerção sexual.

Limitações e implicações práticas

A realização do presente estudo revelou-se fulcral na medida em que a investigação sobre a bidirecionalidade da violência na intimidade é escassa, sobretudo em Portugal.

Todavia, importa referir que a realização deste estudo acarretou, também, limitações. Primeiramente, destacou-se como limitação o facto de a amostra deste estudo ter sido recolhida, exclusivamente, de forma *online*. A divulgação do estudo foi feita, maioritariamente, através de publicações nas redes sociais (*e.g.*, *Facebook*, *Instagram*), mas o facto de a recolha ter tido início durante a pandemia de COVID-19 revelou-se um constrangimento na medida em que a divulgação de estudos *online* também aumentou. Além disso, o facto de a recolha ser *online* não possibilitou, por exemplo, que indivíduos que não tivessem acesso à internet participassem neste estudo. Ainda no que concerne à divulgação deste estudo, foram estabelecidos contactos com estabelecimentos de ensino, pequenas, médias e grandes empresas e ginásios com o objetivo de solicitar a divulgação e participação nesta investigação, mas sem sucesso.

Neste seguimento, outra das limitações prendeu-se com a desejabilidade social dos participantes. Apesar dos dados terem sido recolhidos de forma anónima e de terem sido tratados de forma confidencial pelos membros da equipa de investigação, não foi possível perceber se os participantes responderam às questões do questionário tendo em consideração o que consideravam socialmente desejável.

Outra das limitações relacionou-se com o facto de não existir consenso na literatura quanto à designação do fenómeno em estudo, uma vez que tal dificultou a procura de artigos científicos sobre a bidirecionalidade da VRI. A escassez de estudos exclusivamente sobre a violência bidirecional e sobre a violência bidirecional entre a comunidade LGBTQIA+ também se revelou uma limitação.

A par disto, é importante denotar que a literatura apontou algumas críticas ao CTS – 2, mais concretamente o facto de os relatos retrospectivos terem como intervalo de tempo o período de um ano, visto que o período de tempo definido pode impedir que os participantes respondam com precisão às taxas de ocorrência de vitimação e perpetração (Paiva & Figueiredo, 2006). Por fim, considerou-se como limitação a diferença entre o número de homens e o número de mulheres na amostra e o reduzido número de participantes da comunidade LGBTQIA+, dado que não permitiu obter uma amostra homogénea no que diz respeito ao sexo e à orientação sexual.

No que concerne às implicações práticas, pode afirmar-se que a realização do presente estudo pretendeu conferir maior visibilidade à bidirecionalidade da VRI e contribuir, assim, para um maior esclarecimento sobre o fenómeno.

Como tal, considera-se necessário desenvolver e estimular a investigação nacional sobre a bidirecionalidade da violência na intimidade, sendo, também, crucial investir na formação de profissionais de diferentes áreas (e.g., psicologia; direito; forças de segurança) com o propósito de os dotar de competências (e.g., relacionais, comunicacionais) e conhecimentos específicos para trabalhar com estes casos.

A par disto, considera-se de suma importância assegurar o desenvolvimento de campanhas e ações de sensibilização, palestras, seminários e ações de formação sobre a bidirecionalidade da violência na intimidade com o objetivo de alertar e consciencializar a comunidade para a existência deste flagelo e para as consequências associadas ao mesmo. De igual modo, é essencial informar a comunidade sobre as linhas e serviços de apoio disponíveis. Por fim, prevê-se a necessidade de desenvolver e investir em programas de prevenção e intervenção direcionados para a violência bidirecional nas relações de intimidade, mais inclusivos em relação ao género.

Como referido anteriormente, a investigação nacional sobre este fenómeno ainda se revela escassa e, como tal, a realização desta investigação teve como propósito impulsionar a consciencialização da necessidade de investir nesta área da ciência, tendo em consideração os contributos dos estudos realizados no panorama internacional.

Conclusão

A realização desta investigação demonstrou que a violência bidirecional foi o padrão de violência mais experienciado na comunidade em Portugal, pelo que é de suma importância consciencializar a comunidade para a existência deste fenómeno não só na população heterossexual, como também na LGBTQIA+. Assim, é crucial apostar em serviços de apoio formal inclusivos.

Apesar do aumento de investigações nesta área da ciência, sobretudo a nível internacional, em que a investigação deste fenómeno se revela sólida e diversificada, principalmente no que concerne à prevalência da violência bidirecional, verifica-se que o estudo da bidirecionalidade da violência na intimidade carece, ainda, de um maior investimento em Portugal uma vez que são poucos os estudos sobre este fenómeno.

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

No que diz respeito a estudos futuros, é fundamental investir na complementaridade entre a metodologia quantitativa, qualitativa e, principalmente, mista dado que a complementaridade destas metodologias permitirá analisar os contextos, significados, motivações e atribuições para a violência bidirecional. Outras das recomendações prende-se com a necessidade de contribuir para a homogeneização do construto de violência bidirecional uma vez que, atualmente, ainda são vários os termos utilizados para designar relações em que ambos os parceiros perpetram qualquer ato de violência. Por último, como recomendação futura, destaca-se a necessidade de desenvolver estudos sobre a violência bidirecional especificamente para a comunidade LGBTQIA+.

Referências bibliográficas

- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A metaanalytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651>
- Barros, D., Sani, A., & Santos, L. (2019). É igual mas é diferente: Género e violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo. *Análise Social*, 230, 106-130. doi: 10.31447/AS00032573.2019230.05
- Balsam, K. F., & Szymanski, D. M. (2005). Psychology of Women Quarterly relationship quality and domestic violence in women's same-sex relationships: The role of minority stress, 29, 258–269.
- Bartlett, B. A., Iverson, K. M., & Mitchell, K. S. (2018). Intimate partner violence and disordered eating among male and female veterans. *Psychiatry Research*, 260(October 2017), 98–104. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.11.056>
- Bates, E. (2016). Current Controversies within Intimate Partner Violence: Overlooking Bidirectional Violence. *Journal of Family Violence*, 31(8), 937-940.
<https://doi.org/10.1007/s10896-016-9862-7>
- Bates, E. A. (2019). “No one would ever believe me”: An exploration of the impact of intimate partner violence victimization on men. *Psychology of Men & Masculinities*, 21(4). <https://doi.org/10.1037/men0000206>
- Bates, E. (2020). “Walking on egg shells”: A qualitative examination of men's experiences of intimate partner violence. *Psychology of Men & Masculinities*, 21(1), 13– 24.
<https://doi.org/10.1037/men0000203>
- Bell, K. (2019). Female Perpetrators of Domestic Violence. *The Encyclopedia of Women and Crime*, 1-8. doi.org/10.1002/9781118929803.ewac0159
- Beydoun, H. A., Beydoun, M. A., Kaufman, J. S., Lo, B., & Zonderman, A. B. (2012). Intimate partner violence against adult women and its association with major depressive disorder, depressive symptoms and postpartum depression: A systematic review and meta-analysis. *Social Science and Medicine*, 75(6), 959–975.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.04.025>
- Bonnes, S. (2016). Education and income imbalances among married couples in Malawi as predictors for likelihood of physical and emotional intimate partner violence.

- Violence and victims, 31, 51-69. doi: <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D14-00016>
- Breiding, M., Chen, J., & Black, M. (2014). Intimate Partner Violence in the United States 2010. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention
- Capaldi, D. M., Shortt, J. W., Kim, H. K., Wilson, J., Crosby, L., & Tucci, S. (2009). Official Incidents of Domestic Violence: Types, Injury, and Associations With Nonofficial Couple Aggression. *Violence and Victims*, 24(4), 502–519. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.24.4.502>
- Capinha, M., Rijo, D., Pereira, M., & Matos, M. (2022). The Prevalence, Directionality, and Dyadic Perpetration Types of Intimate Partner Violence in a Community Sample in Portugal: a Gender-Inclusive Inquiry. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 0123456789. <https://doi.org/10.1007/s10610-022-09514-w>
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4 (24), 485-493. Retirado de <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/viewFile/541/pdf>
- Crittenden, C. A., Policastro, C., & Eigenberg, H. M. (2017). Attitudes Toward Dating Violence: How Does Sexual Identity Influence Perceptions Among College Students? *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 26(7), 804–824. <https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1328473>
- Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., Soares, J. J., Sundin, Ö., & Barros, H. (2016). Male and female physical intimate partner violence and socioeconomic position: A cross-sectional international multicentre study in Europe. *Public Health*, 139, 44-52. <http://dx.doi.org/10.1016/j.puhe.2016.05.001>
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., ... & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International journal of public health*, 60(4), 467-478. <https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1>
- De Barros, I. C., Sani, A., & Santos, L. (2019). Gender and same-sex intimate partner violence: A systematic literature review. *Trends in Psychology*, 27(1), 127–139. <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-10>

- Dias, I. (2017). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20 (2010), 245-262.
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2287/2094>
- Fernández-Montalvo, J., López-Goñi, J. J., Arteaga, A., & Haro, B. (2020). Gender differences in unidirectional and bidirectional intimate partner violence in addictions. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 46(2), 194-202.
<https://doi.org/10.1080/00952990.2019.1660886>
- Ferreira, C., Matos, M., & Antunes, C. (2017). Pathways towards new criminalisation: the case of stalking in Portugal. *European Journal on Criminal Policy and Research*. Holanda: Springer Science and Business Media. doi:10.1007/s10610-017-9346-1
- Gray, H. M., & Foshee, V. (1997). Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonal violence*, 12(1), 126-141
- Fife-Schaw, C. (2000). Levels of measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, & C. Fife-Schaw (Eds.), *Research methods in psychology* (2nd ed., pp. 147-157). London, England: Sage.
- Gray, H. M., & Foshee, V. (1997). Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(1), 126–141. <https://doi.org/10.1177/088626097012001008>
- Hine, B., Noku, L., Bates, E. A., & Jayes, K. (2020). But, Who Is the Victim Here? Exploring Judgments Toward Hypothetical Bidirectional Domestic Violence Scenarios. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052091750.
<https://doi.org/10.1177/0886260520917508>
- Hine, B., Wallace, S., & Bates, E. A. (2021). Understanding the Profile and Needs of Abused Men: Exploring Call Data From a Male Domestic Violence Charity in the United Kingdom. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052110280.
<https://doi.org/10.1177/08862605211028014>
- Hines, D. A., & Douglas, E. M. (2016). Relative influence of various forms of partner violence on the health of male victims: Study of a help seeking sample. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(1), 3-16. <https://doi.org/10.1037/a0038999>
- Holmes, S. C., Johnson, N. L., Rojas-Ashe, E. E., Ceroni, T. L., Fedele, K. M., & Johnson, D. M. (2019). Prevalence and Predictors of Bidirectional Violence in Survivors of

- Intimate Partner Violence Residing at Shelters. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(16), 3492–3515. <https://doi.org/10.1177/0886260516670183>
- Jennings, W. G., Piquero, A. R., & Reingle, J. M. (2012). On the overlap between victimization and offending: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 17(1), 16–26. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.09.003>
- Johnson, M. (1995). Patriarchal Terrorism and Common Couple Violence: Two Forms of Violence against Women. *Journal of Marriage And Family*, 57(2), 283-294. <https://doi.org/10.2307/353683>
- Johnson, M. (2005). Domestic Violence: It's Not About Gender-Or Is It? *Journal of Marriage and Family*, 67(5), 1126–1130. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00204.x>
- Johnson, M. (2006). Conflict and Control. *Violence Against Women*, 12(11), 1003-1018. <https://doi.org/10.1177/1077801206293328>
- Karakurt, G., Patel, V., Whiting, K., & Koyutürk, M. (2017). Mining electronic health records data: Domestic violence and adverse health effects. *Journal of Family Violence*, 32, 79-87. doi: 10.1007/s10896-016-9872-5
- Langhinrichsen-Rohling, J., A. Misra, T., Selwyn, C., & L. Rohling, M. (2012). Rates of Bidirectional Versus Unidirectional Intimate Partner Violence Across Samples, Sexual Orientations, and Race/Ethnicities: A Comprehensive Review. *Partner Abuse*, 3(2), 199-230. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Laroche, D. (2005). Aspects of the Context and Consequences of Domestic Violence - Situational Couple Violence and Intimate Terrorism in Canada in 1999. *Statistics*, 3–26.
- Laskey, P., Bates, E., & Taylor, J. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimisation: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior*, 47, 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.014>
- Lei n.º 94/2021, de 21/12. Decreto-Lei n.º 48/95. Diário da República n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03- <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-169645609>
- Lewis, R., Padilla, M., Milletich, R., Kelley, M., Winstead, B., Lau-Barraco, C., & Mason, T. (2015). Emotional Distress, Alcohol Use, and Bidirectional Partner Violence Among Lesbian Women. *Violence Against Women*, 21(8), 917-938. <https://doi:10.1177/1077801215589375>

- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of BiDirectional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 57, 83-90. <https://doi:10.1016/j.ijlcj.2019.03.002>
- Machado, A. & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726-736
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300021>
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016a). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(3), 255-264. <https://doi:10.1037/men0000013>
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2016b). Exploring Help-Seeking Experiences of Male Victims of Female Perpetrators of IPV. *Journal of Family Violence*, 32(5), 513-523. <https://doi:10.1007/s10896-016-9853-8>
- Magalhães, T. (2020). Violência e abuso: respostas simples para questões complexas. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1667-4>
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). Violência Doméstica: Compreender para intervir: Guia de boas práticas para profissionais de saúde. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
https://www.researchgate.net/publication/279920584_Violencia_Domestica_Compreender_para_Intervir_guia_de_boas_praticas_para_profissionais_de_instituicoes_d_e_apoio_a_vitimas
- Marcus, Robert F. (2012). *Patterns of Intimate Partner Violence in Young Adult Couples: Nonviolent, Unilaterally Violent, and Mutually Violent Couples*. *Violence and Victims*, 27(3), 299–314. doi:10.1891/0886-6708.27.3.299
- McDermott, R. C., & Lopez, F. G. (2013). College men's intimate partner violence attitudes: Contributions of adult attachment and gender role stress. *Journal of counseling psychology*, 60, 127. doi: 10.1037/a0030353
- McLeod, D. A., Having, K., Natale, A., & Pharris, A. (2020). Intimate Partner Violence: Innovations in theory to inform clinical practice, policy, and research. *Social Sciences*, 9(5), 71. <https://doi.org/10.3390/socsci9050071>
- Messinger, A. M. (2018). Bidirectional Same-Gender and Sexual Minority Intimate Partner Violence. *Violence and Gender*, 5(4), 241–249.
<https://doi.org/10.1089/vio.2018.0001>

- Miller, E., & McCaw, B. (2019). Intimate partner violence. *New England Journal of Medicine*, 380(9), 850-857. <https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMra1807166>
- Paiva, C. A., & Figueiredo, B. (2006). Versão Portuguesa das escalas de táticas de conflito revisadas: Estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 14-39
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/41636/1/2006%20Vers%c3%a3o%20portuguesa%20das%20escalas%20CTS-2.pdf>
- Palmetto, N., Davidson, L., & Rickert, V. (2013). Predictors of Physical Intimate Partner Violence in the Lives of Young Women: Victimization, Perpetration, and Bidirectional Violence. *Violence and Victims*, 28(1), 103-121.
<https://doi.org/10.1891/0886-6708.28.1.103>
- Perryman, S. M., & Appleton, J. (2016). Male victims of domestic abuse: implications for health visiting practice. *Journal of Research in Nursing*, 21, pp.386- 414.
<https://doi.org/10.1177/1744987116653785>
- Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) (2021). Sistema de Segurança Interna. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDQ1NAUABR26oAUAAAA%3d>
- Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) (2022). Sistema de Segurança Interna. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNLI0NgcAIUgtZwUAAAA%3d>
- Ridings, L., Beasley, L., Bohora, S., Espeleta, H., & Silovsky, J. (2018). The Role of Social Support on Depression Among Vulnerable Caregivers Reporting Bidirectional Physical Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-23.
<https://doi.org/10.1177/0886260518767913>
- Safariolyaei, N. & Amiri, M. (2017). Impact of intimate partner violence against men. *International Journal of Law, Education, Social and Sports Studies*. 4, pp.43-47
- Santos, A., & Caridade, S. (2017). Violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo: Estudo de prevalência [Violence in intimate same-sex partner relationships: A prevalence study]. *Temas Em Psicologia*, 25(3), 1341–1356.
<https://doi.org/10.9788/tp2017.3-19pt>
- Schokkenbroek, J. M., Ponnet, K., & Hardyns, W. (2022). Men's (Online) Intimate Partner Violence Experiences and Mental Health: Polyvictimization, Polyperpetration and

- Victim-Perpetrator Overlap. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 00(00), 1–21. <https://doi.org/10.1080/10926771.2022.2055513>
- Silva, M. (2021). *Violência bidirecional: a prevalência do fenómeno em estudantes universitários em Portugal*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Sommer, J., Iyican, S., & Babcock, J. (2016). The Relation Between Contempt, Anger, and Intimate Partner Violence: A Dyadic Approach. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(15), 3059-3079. <https://doi.org/10.1177/0886260516665107>
- Sousa, C (2021). *A violência bidirecional em relações de intimidade: uma revisão sistemática*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Straus, M. A., & Gozjolko, K. L. (2014). “Intimate Terrorism” and Gender Differences in Injury of Dating Partners by Male and Female University Students. *Journal of Family Violence*, 29(1), 51–65. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9560-7>
- Stults, C.B., Brandt, S.A., Hale, J.F., Rogers, N., Kreienberg, A., & Griffin, M. (2020). A Qualitative Study of Intimate Partner Violence Among Young Gay and Bisexual Men. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-37. <https://doi.org/10.1177/0886260520936365>
- Ventura, M. C. A. A., Ferreira, M. M. F., & Magalhães, M. J. D. S. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, (11), 95-103 <http://dx.doi.org/10.12707/RIII12120>
- Walters, Mikel L. (2011). *Straighten Up and Act Like a Lady: A Qualitative Study of Lesbian Survivors of Intimate Partner Violence*. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 23(2), 250–270. doi:10.1080/10538720.2011.559148
- Whitaker, D. J., Haileyesus, T., Swahn, M., & Saltzman, L. S. (2007). Differences in Frequency of Violence and Reported Injury Between Relationships With Reciprocal and Nonreciprocal Intimate Partner Violence. *American Journal of Public Health*, 97(5), 941–947. <https://doi.org/10.2105/ajph.2005.079020>

Violência bidirecional nas relações de intimidade: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal

Williams, S. L., & Frieze, I. H. (2005). Patterns of Violent Relationships, Psychological Distress, and Marital Satisfaction in a National Sample of Men and Women. *Sex Roles*, 52(11-12), 771–784. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-4198-4>